UNICAMP

MARINA SEGURA ZAVATTI

MACROECONOMIA E MICROECONOMIA EM UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA NO BRASIL

CAMPINAS

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

MARINA SEGURA ZAVATTI

MACROECONOMIA E MICROECONOMIA EM UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Profª. Drª. Ana Lucia Gonçalves da Silva

CAMPINAS

2014

ZAVATTI, Marina Segura. **Macroeconomia e Microeconomia em uma Análise da Indústria no Brasil**. 2014. 52 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RESUMO

Esse estudo procura analisar a influência de políticas macroeconômicas para desenvolvimento da indústria brasileira e da economia, além da influência da microeconomia sobre o andamento da economia como um todo, bem como no âmbito da indústria no país. Primeiramente, tem-se a análise do conceito de desenvolvimento da indústria e da economia. Após isso, tem-se a análise embasada em autores importantes a respeito de macroeconomia e microeconomia relacionadas à indústria. Por fim, são elaboradas algumas conclusões sobre o tema.

Palavras-chave: Indústria. Desenvolvimento. Macroeconomia. Microeconomia.

ABSTRACT

This study aims at comparing the influence of macroeconomic policies to development of Brazilian industry and economy, and the influence of microeconomics on the progress of the economy as a whole, also to the industry in the country. First, there is the analysis of industry development concept and the economy. After that, there is the analysis grounded in important authors about macroeconomics and microeconomics related industry. Finally, some conclusions are drawn on the subject.

Keywords: Industry. Development. Macroeconomics. Microeconomics.

SUMÁRIO

Capítulo I: INTRODUÇÃO – NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA 1

Capítulo II: MACROECONOMIA NA INDÚSTRIA - UM OLHAR PARA O BRASIL.....8

Capítulo III: MICROECONOMIA NA INDÚSTRIA - UM OLHAR PARA O BRASIL ...28

Considerações Finais 45

Referências 45

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO – NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A definição de desenvolvimento econômico encontra-se no tripé estrutura produtiva-instituições-densidade nacional.

Com relação à estrutura produtiva tem-se que a especialização da base produtiva determina condições de crescimento do país, especialmente quando se consideram as pautas de exportação e importação. A diversificação da produção é importante, além de uma complexidade maior na composição da pauta exportadora. Sem receita suficiente nas trocas comerciais, o país se mantém dependente de capital externo por ter tido avanço tardio do sistema financeiro nacional. Deve haver ênfase no setor industrial, exemplificado pela reviravolta da China nos anos 2000 com relação à sua posição na rede de comércio internacional, ascendendo à condição de um país *export-led*. Isso pode ser feito com protecionismo de vantagens e ideias nacionais. Para determinação da estrutura produtiva e financiamento da mesma, a presença do Estado na economia é importante e não apenas em momentos de crise econômica. Uma espécie de parceria global para o desenvolvimento dos países seria interessante a não ser pelo fato de que o comércio exterior é mediado por competitividade, afinal receita na Balança Comercial é muito importante para cada país. Por fim, o câmbio valorizado é consequência de uma economia nacional subdesenvolvida que não tem receita importante devido a uma especialização negativa de pauta exportadora e que se torna dependente de capital externo.

Com relação ao segundo aspecto colocado acima, instituições, tem-se uma visão mais atual da economia. Em uma visão mais institucional, é possível analisar a economia de forma mais prática, e ao mesmo tempo sem perder visão estruturalista do tema. Crescimento autossustentado e com mais estabilidade ocorre em períodos de maior regulação financeira, como em momentos após a Grande Depressão. Também cabe considerar que, atualmente, a economia tem crescimento importante vinculado ao mercado financeiro, além do mercado produtivo. Novas modalidades de investimento surgem e, em algumas, as expectativas são determinantes. Nesse

cenário, informação do mercado e externalidades são muito importantes. Assim, no que toca à regulação financeira, é fundamental que instituições financeiras sejam fortes e reguladas. Também as políticas públicas precisam ser transparentes, de forma a não afetar negativamente as expectativas. Mas a informação é assimétrica no mercado financeiro, e o é a fim de trazer ganho para alguns, o que não ocorre se todos investirem da mesma forma. É por isso que o Estado deve controlar o sistema financeiro, a fim de que não se excluam muitos cidadãos do crescimento autossustentado. As instituições surgem como problema em países em desenvolvimento como o Brasil, pois o avanço das mesmas surge em paralelo com a abertura financeira e não antes da mesma, como deveria ocorrer. Com instituições nacionais fracas, o livre fluxo de capitais permite que países avançados determinem a condição de crescimento de países em desenvolvimento.

Sobre o último alicerce do tripé, densidade nacional, cabe referência ao autor FERRER, A. (2010), de quem é emprestado o termo. O termo abrange três aspectos: coesão social, qualidade de liderança e estabilidade institucional de longo prazo. Coesão social representa o grau de unidade de interesses entre cidadãos de um país. Qualidade de liderança representa o potencial de crescimento que um país tem baseado em agentes de maior representação no país, como pela capacidade de financiamento de investimento, por exemplo. E a estabilidade institucional depende dos níveis de variáveis-chave da economia de um país e do grau de solidez de suas instituições. No Brasil, coesão social é um ponto fraco, no sentido de que na história do país a união de classes diferentes apenas ocorria em momentos de revolta em que a política prejudicava a quase todos com alta inflação. Também é ponto fraco considerando que no Brasil a desigualdade de renda é muito grande, mesmo para um país em que não há renda nacional tão forte. Qualidade de liderança também é fraca no país, tendo em vista que o país foi colônia e que a nossa burguesia apenas visava o lucro independente da nacionalidade de grande parte desse lucro. Estabilidade institucional também é ponto fraco, afinal, como já mencionado, nossas instituições e sistema regulatório surgem em paralelo ao movimento de abertura da economia internacional. O país tem tendência a câmbio valorizado, juros altos e alta inflação, além de dependência de capital externo.

A seguir, segue uma análise mais concentrada no Brasil, além de foco maior na indústria para a busca do desenvolvimento, considerando que o tripé mencionado acima pode ser fortemente valorizado com a valorização da indústria nacional.

O desenvolvimento econômico tem determinação multifacetada. Vários fatores influenciam no desenvolvimento de cada país, mas o desenvolvimento da indústria é considerado aspecto principal para o crescimento autossustentado e independente de cada país.

Primeiro tem-se uma análise macroeconômica do desenvolvimento da indústria em geral, a qual é difícil de ser analisada em divisões específicas e é explicada de forma discursiva, mas com pontos principais associados à equação $Y = C + G + I + (X - M)$ (Fórmula similar à utilizada em vários manuais de macroeconomia para entender o que determina o produto nacional). A industrialização originária teve como principal aspecto a presença do Estado. Mesmo sendo necessário menor montante de capital do que em subsequentes fases de desenvolvimento da indústria, a centralização de capital foi necessária e liderada pelo Estado, apesar da existência de agentes privados no aspecto microeconômico de representação importante. As reformas estruturais de transferência da população da esfera rural para a urbana foi fundamental também para a inauguração da indústria. Países centrais, que são os países que se encontram predominantemente nas primeiras fases de industrialização, conseguem desenvolver estrutura produtiva para produzirem cada vez mais produtos de maior valor agregado e se tornam exportadores de bens de consumo duráveis e bens de capital. A pauta de exportação deve trazer maior receita que a de importação para fechamento positivo da Balança Comercial. Assim, é ótimo para países centrais que exportem bens de maior valor agregado do que dos bens que importam. Países periféricos, por outro lado, com presença de colonização no início de desenvolvimento de suas economias, tiveram pouco avanço ou regresso da indústria. Com isso, também se tornam dependentes com relação a financiamento externo, dentre outros aspectos. No Brasil sempre houve problema de identidade da massa populacional. Apenas em crises, como a dos anos 30 no país, é que a população passava a se identificar como cidadãos de uma mesma nação. Importantes políticas macroeconômicas industrializantes ocorreram no Estado Novo com Getúlio Vargas e com o Plano de

Metas em JK. Essas políticas industrializantes configuram planejamentos de investimentos importantes. Com JK o Brasil passa a desenvolver indústria de bens intermediários e até mesmo de bens de capital. Mas o desenvolvimento tardio da indústria no país acarreta o acirramento de problemas estruturais, difíceis de serem solucionados. O país possui desequilíbrio externo e tendência à alta inflacionária. O motivo é a especialização produtiva em bens de menor valor agregado na pauta exportadora, além de concentração da propriedade de terra e capital, desequilíbrio de produção *intersetorial*, falta de estímulo ao progresso técnico e com isso também incapacidade de suprir a demanda nacional. Característica típica de países em desenvolvimento é que suas políticas fiscais trazem maior prejuízo do que em países centrais, além de ajudarem a estimular o crescimento. O prejuízo se explica pelo desequilíbrio externo, que não traz reservas para o país o qual se endivida, e pela desvalorização do câmbio, que aumenta o nível da dívida. A alta da inflação não se deve apenas a políticas fiscais; é na verdade problema estrutural de demanda superior à oferta. O desenvolvimento dos setores produtivos ocorre de forma heterogênea e não de forma equilibrada.

Muitas vezes no país há divergência entre a evolução das variáveis produto e balança comercial. Isso ocorre pela demanda ser superior a oferta em grande parte da história do país. Em períodos de estabilização e de crescimento do produto, ainda assim há demanda por produtos importados que levam a déficit na balança comercial. Mas se há especialização em produtos de maior valor agregado na pauta exportadora isso pode não ocorrer e ambos andarem juntos.

De 1980 a 2003 a economia brasileira teve baixo dinamismo econômico ou baixo crescimento. Em 2004 há uma reviravolta nesse ciclo. O país continua dependente do ciclo econômico internacional, mas há valorização do preço das *commodities*, principal tipo de produto exportado do país. A valorização do preço desses bens se dá devido à maior especulação com investimentos derivados do preço dos mesmos. Além disso, com a crise internacional de 2008, há uma reconfiguração da rede de comércio internacional, com a China assumindo papel de *export-led*, devido ao fato de países centrais entrarem em crise, como os EUA com a forte crise devido à bolha do mercado imobiliário. A China exporta manufaturados e importa *commodities* do Brasil. O crescimento do Brasil é puxado pela venda de

commodities a preços altos para exportações. O país também cresce por aumento de consumo das famílias, por aumento de disponibilidade de crédito e por maior aumento de renda devido à política de valorização do salário mínimo, ambos impulsionados pelo Estado.

Em segundo lugar pode ser analisado o desenvolvimento da indústria em um aspecto microeconômico, o qual é mais fácil de ser analisado em tópicos. Um aspecto microeconômico importante é a privatização de empresas estatais. Em algumas vezes até mesmo ocorreu no país a desnacionalização ou privatização por empresa estrangeira. Muitos estudiosos não dão importância a esse tipo de análise, mas a privatização afeta de forma muito importante o desenvolvimento econômico através da indústria. Nos anos 1980 já havia alguns casos de privatização, mas a mesma ocorre de forma mais abrangente nos anos 1990. O processo inicia-se com a compra pelo capital privado de empresas em setores não estratégicos da economia e ajuda a melhorar a competitividade das empresas. Na época a inflação era muito alta no país e havia crise fiscal do governo, ocasionada pelo eterno desequilíbrio externo. Mas a privatização não teve fiscalização e, com subsídio do governo, empresas privadas nacionais e estrangeiras não reduziram o preço da forma esperada e ainda precisou haver privatização em setores estratégicos da economia, pois o país estava em forte crise. A acomodação costumeira de empresas industriais privadas nacionais com relação a investimento, considerando fortes subsídios de câmbio e preços, e a internacionalização do capital nacional afetam negativamente o investimento no país.

Focando no aspecto da desnacionalização, a mesma pode corresponder a IDE (Investimento Direto Estrangeiro) positivo. Esse tipo de investimento pode ocorrer por vários motivos: *resource seeking, efficiency seeking* e *market seeking*. O último caso mostra o interesse da EE (empresa estrangeira) em utilizar o mercado do país. Essa busca por demanda dos produtos estrangeiros é maior após 1994 com o plano de estabilização da moeda e ganho de poder de compra do mercado nacional. A busca de recursos e a busca por eficiência no país, primeiro e segundo casos mencionados, são importantes também, mas todos os três dependem de controle estatal para que essas empresas tragam algo de positivo para o país, como a possibilidade de compartilhamento de processo produtivo ou ideias. Pontos

negativos desse tipo de investimento são o modelo de produção enxuta característico das filiais internacionalizadas, com baixo coeficiente de capital e emprego e o fato de a parte mais dinâmica desses processos produtivos serem exteriores às nações, nas relações *interfiliais*.

O IDE faz parte de um processo mais complexo que são as CGVs (Cadeias Globais de Valor). Essas cadeias concentram desde a sua origem, principalmente, matrizes no Hemisfério Norte e filiais no Hemisfério Sul. As matrizes geralmente concentram atividades de maior valor agregado como marca, concepção do produto, dentre outros. A *filialização* tem como justificativa a busca de especialização produtiva, mas em muitos casos busca a redução de custos operacionais. A atuação das CGVs permite que não se prendam a leis de nenhum país, afinal podem colocar filiais com processos produtivos específicos onde preferirem, apenas dependendo do grau de abertura de cada país. As CGVs são de difícil estudo por terem relações muito complexas, mas tendem a trazer desequilíbrios no balanço de pagamento de muitos países pelo fato de importarem em grande montante via relações *interfiliais*. Mas um lado positivo e que também pode ser negativo ao mesmo tempo é o fato de filiais de CGVs poderem praticar salários mais altos do que os do país receptor, mesmo sendo salários inferiores ao do país da matriz, isso porque a economia do país receptor muitas vezes é subdesenvolvida.

Um último aspecto microeconômico não menos importante diz respeito ao grau de concentração e diversificação das empresas industriais. A empresa industrial como qualquer empresa busca lucro e crescimento. Empresas industriais diversificadas promovem crescimento autossustentado pois dominam não somente a área de produção como também a área de mercado. Dessa forma, a indústria antecipa a demanda do cliente e a controla, podendo até mesmo auxiliar no crescimento da demanda. Assim, pode-se ter um ciclo virtuoso de crescimento não apenas na esfera micro mas também na esfera macroeconômica. Há forte barreira à entrada a novas empresas em estruturas de mercado do tipo oligopólio diferenciado, muito difundidas nos países atualmente. Barreira à entrada pode se dar não apenas pelas vantagens associadas ao maior tamanho (economiad de escala) como também pode se dar por vantagem de diferenciação. Mesmo que seja arriscada a aquisição de empresas, em muitos momentos a concentração é buscada porque

apesar do risco tem-se a busca pelo domínio do mercado, o que é importante na garantia do lucro de longo prazo.

Percebe-se que ambas as influências são importantes e podem ser positivas, influências macro e microeconômicas. Não se pode deixar que a especialização de estudiosos em certas áreas da economia impeça que se coloque a importância do todo em conjunto.

CAPÍTULO II: MACROECONOMIA NA INDÚSTRIA - UM OLHAR PARA O BRASIL

Para explorar melhor cada um dos pontos acima colocados, explora-se a visão de importantes autores. Neste capítulo o foco se dá nos aspectos macroeconômicos que influenciam no desenvolvimento da indústria e da economia no país.

Tomando como base MENDONÇA, S. R. (2004), o Brasil foi colônia de exploração e a industrialização não tinha espaço para surgir, pois o país servia apenas como fonte de exploração dos recursos naturais existentes. E também havia a exclusividade de comércio entre a metrópole portuguesa e a colônia, sob uma relação de monopólio. Isso considerando que se pudesse ser chamado de comércio, pois se tratava essencialmente de exploração. O comércio se figurava melhor no sentido contrário, de produtos vindos da metrópole para a colônia. A indústria não tinha lugar e ainda sofreu retrocesso, quando começaram a surgir esboços da mesma sob a forma de manufaturas. Em MENDONÇA, S. R. (2004), é observado o Alvará de 1785, que ordenava o fim das atividades de manufaturas de tecido e de construção naval. Segundo a autora: “durante o longo período colonial as atividades “industriais” desenvolvidas no Brasil contavam com um caráter estritamente acessório e secundário no conjunto da economia”.

Somente no início do século XIX é que essa relação de monopólio colonial vai começar a sucumbir. Disputas europeias se intensificam e Portugal conquista muitos rivais, a fim de rivalizar com a Inglaterra. Com o Bloqueio Continental em 1806 e pelo fato de depender de relações comerciais com outras regiões por ser especializado em produtos agrícolas, Portugal começa a se prejudicar economicamente. O refúgio da Corte portuguesa no Brasil, pela invasão francesa em Portugal, é muito importante para marcar mudanças na situação política e econômica do Brasil. O Alvará de 1808 traz a revogação de proibição de indústria no país.

Na Carta Régia de 1808, ao mesmo tempo, torna extinta a relação de monopólio entre os dois países e traz a abertura dos portos. Assim, o Brasil será inundado de manufaturados de fora, antes mesmo de ter qualquer base importante

de manufatura interna. Destaque para a entrada dos produtos ingleses. A “indústria” brasileira na época era marcada por técnica rudimentar e mão-de-obra pouco especializada. Também o regime escravista era empecilho para o desenvolvimento da indústria no país, que iria vigorar principalmente até 1888. Esse regime além de dificultar melhoria na técnica da produção, não traz os trabalhadores como consumidores também dos produtos, não permitindo impulso da demanda sobre a produção.

Outro ponto, mas que não será desenvolvido nesse texto, é a pouco desenvolvida urbanização. O país é predominantemente rural por bastante tempo em comparação com outros países já urbanizados e o modo de vida rural deixa os grupos de consumidores dispersos, o que não permite a criação de centros de impulsão de crescimento de produção. Apesar de o Sudeste ser área que representará grande polo de crescimento por concentração inicial grande de pessoas, mas que só tem crescimento com o advento da urbanização.

O ano de 1850 é um ano em que se observa maior dinâmica e crescimento das indústrias no país. Nesse ano há a Lei Eusébio de Queirós, que estipula fim de tráfico de escravos para o país. A produção de café também permite esse avanço, pois se mostra muito lucrativa e o desenvolvimento da agricultura puxa o da indústria e a exportação desse produto torna-se viável com a expansão considerável da produtividade.

TAVARES, M. C. A. (1998) coloca, no entanto, que a “constituição de forças produtivas especificamente capitalistas” só surge com a participação maior do capital do Estado e estrangeiro. A crise do café permite o maior avanço do desenvolvimento conjunto urbano-industrial. O setor predominante no início da indústria brasileira é de bens de consumo e não há muito diferenciação. A diferenciação é maior com as empresas estrangeiras e a indústria pesada surge com o financiamento do Estado. A fase de industrialização que vai da crise do café até os anos 1950 é representada pela substituição de importação. São importantes a acumulação de capital e o processo cíclico da indústria. A abertura externa já mostra certa dependência do país com relação ao exterior. No período 1933-1955, houve uma “industrialização restringida”. E após esse momento, nos anos 1950, é que surge o capitalismo

industrial propriamente dito no país. Sobre esse período, TAVARES, M. C. A. (1988) defende que, pela primeira vez no país:

> *(...) combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a "autodeterminação" do processo de desenvolvimento. (p. 131)*

Assim, a indústria torna-se setor propulsor de crescimento da economia e a renda urbana figura-se como importante propulsor de demanda. Mas essa indústria ainda não consegue avançar por si só e superar o atendimento da demanda ou atendendo a uma espécie de reprodução ampliada (Marx). Do setor de bens de consumo ao de bens de produção, tem-se a expansão da produção também pelo fato da proteção que se tem internamente devido ao contexto de estancamento de capacidade para importar até o fim da Segunda Guerra, ou quase ausência de competição. É importante nesse período o fato de surgir um movimento interno de acumulação.

Sobre a grande indústria, resta saber como o Brasil a faria surgir. Indústrias "retardatárias", consideradas como as que não participaram da primeira revolução industrial, implantaram-na através do Estado ou de capital financeiro internacional. Mas no Brasil a burguesia não era nacional o suficiente para seguir qualquer caminho. A economia do país era mais regional do que nacional, também. Com o Estado Novo, Estado autoritário de Vargas, o nacional ganha impulso. Mas é necessária ajuda financeira externa para implantação da indústria de base (Volta Redonda), que vem dos EUA devido ao fato de a Europa sair arrasada e a Inglaterra perder o poder de potência mundial, com as grandes guerras. O preço dos produtos industriais continua dependendo da economia internacional, assim como o do café.

A dependência que existe na acumulação de capital na indústria brasileira se deve em parte por dependência externa com relação ao setor externo ou ao capital estrangeiro e também se deve a uma dependência endógena. Deve-se analisar o potencial interno de acumulação e de diversificação da nossa economia. Até 1954 há estancamento de poder de compra por exportação devido às guerras e depois ocorrem exportações de forma acelerada. Fluxos globais de capital estrangeiro não são relevantes em todo o período. Esses eventos não podem afetar exclusivamente a nossa economia mas apenas modificar os determinantes endógenos de nosso país relacionados à estrutura produtiva e ao histórico particular de acumulação.

O ciclo de produção de 1933, com recuperação econômica, até 1937, tem desenvolvimento predominante do setor de bens de produção. Mesmo assim, esse setor não é líder do crescimento da economia brasileira, continuando a ser o setor de bens de consumo assalariado. Mas há o crescimento desse outro setor em virtude do estancamento do poder de compra até o fim da IIGM. Há característica substituição de importação. Mas isso não representa o ponto mais importante e sim o fato de iniciar-se nesse momento um movimento endógeno de acumulação, pois pela primeira vez são reproduzidos conjuntamente a força de trabalho e capital constante industrial. A relação entre os dois setores é importante para aumento da massa trabalhadora com possibilidade de redução do custo da mão-de-obra e devido a isso e também leva ao aumento da margem de lucro por ampla proteção externa (política protecionista com relação à importação ou mesmo queda de oferta externa durante a guerra).

Há uma relação importante entre o preço dos bens, salários e a margem de lucro. Há excedente de mão-de-obra rural e isso impede a fixação de salário mínimo proporcional ao aumento de produtividade, o que pressiona salários para baixo e as margens de lucro para cima. O custo real da mão-de-obra é fortemente influenciado pelos preços de bens agrícolas. Esses preços, por sua vez, dependem muito da demanda urbana. Como a demanda cresce com a industrialização, esses preços aumentam. O custo de vida aumenta e o salário nominal tende para baixo, levando à queda do salário real. Há ainda *oligopsônio* na compra de produtos intermediários para a indústria, o que permite a manutenção de preços altos dos produtos, e que deixam as margens brutas de lucro altas também, porque além da presença

oligopsônio há o fato de os custos altos que surgem da importação serem cortados pela proteção externa. Há uma pressão inflacionária constante nessa economia que impede crescimento sustentado da economia, concordando com o que defendia Furtado.

Com superávit comercial na balança de pagamentos mais para frente, agrava ainda mais a inflação e o setor público entra com déficit para fazer frente a essa situação, tentando conter os preços de outras formas e não agindo no foco da questão.

Entre 1937 e 1954 há aparente aumento do grau de autonomia do país com relação ao capital estrangeiro, durante a fase de "industrialização restringida". Houve aumento de geração de lucros em algumas empresas, tornando-as capazes de crescer autonomamente. Mas uma indústria pesada não poderia surgir independente nesse cenário e sim, como em outras industrializações do tipo retardatária, deveria surgir com apoio do Estado ou capital financeiro internacional. A burguesia do café com um eixo regional de acumulação não teria possibilidades de financiar esse tipo de investimento.

> *Mais tarde, o Estado Novo brasileiro, como Estado Nacional autoritário, não deixou de ter suas pretensões, precoces, a ser potência sul-americana e de tentar forçar a industrialização do país. Baseado, porém, num precário esquema interno de acumulação, recém-mudado para o eixo urbano Rio-São Paulo, e com a economia cafeeira em crise, não tinha fôlego para implantar, por sua conta e risco, uma indústria de base. Assim, apesar de que o aço e o petróleo faziam parte das metas de defesa nacional do Estado Novo, só a habilidade política de Vargas, conciliada com os interesses militares dos Estados Unidos, conseguiu arrancar a "capacidade para importar" suficiente para implantar Volta Redonda já no final da Guerra. A batalha do petróleo foi uma história diferente, a mais longa e dramática, e não se ganhou antes de 1954. (p. 140)*

Percebe-se que não basta a definição com certos nomes das relações que ocorrem. Também é preciso entender a especificidade histórica de produção no país. Há "subdesenvolvimento" de parcela importante das forças produtivas no país e uma certa "dependência" financeira internacional. Lembrando que é decisiva a participação do Estado na destinação do capital internacional para o

desenvolvimento do país, pois não é automático. Há uma característica não muito positiva do crescimento no Brasil como economia periférica. O crescimento autônomo nesse país, historicamente comprovado, se deu de melhor forma em épocas de situação econômica desfavorável nas economias centrais. De 1937 a 1954 o perfil de dominação estrangeira reduz-se por dois motivos: em questão de novas estruturas técnicas com relação a “oligopólios diferenciados” o Brasil não representava importante mercado, senão apenas marginal para investimento; e a evolução de investimento no país no momento não requeria grandes somas de capital.

A partir de 1954 e com o Plano de Metas em 1956, já mencionado no capítulo anterior, há um novo perfil de investimento que, agora sim, pede investimentos mais maciços. Verifica-se, nessa etapa da industrialização, mais presente Estado e maior volume de capital estrangeiro para um tipo de investimento que requer maior centralização de capital, antecipação da demanda e diversificação. Mesmo que contenha a antecipação da demanda, é preciso considerar o estudo de Keynes de que a resposta da demanda a determinada oferta pode ou não permitir a reprodução em escala ampliada do capital investido.

Nessa nova dinâmica já se encontram filiais estrangeiras no país com técnica de oligopólio diferenciado e prontas para forçar importações das matrizes que podem trazer fortes restrições no balanço de pagamentos brasileiro.

No ano de 1959 existem muitos pontos frágeis importantes a destacar. Nesse ano há a crise do café e desvinculação de financiamento para a indústria através da burguesia nacional; há também a ruptura com o FMI e com o Banco Mundial e também há aceleração inflacionária pós-guerra. Na época houve crescimento da margem de lucro e do oligopólio da burguesia nacional, mas de forma desigual de maneira que o Estado é que assume o crescimento do país com a derrocada da burguesia do café. Apesar de modernização restringida e endividamento crescente, vai aumentar a base de diversificação do país e surge com melhores condições a indústria pesada no país.

Sobre o caráter cíclico da expansão da economia no Brasil, há certa diferença desse movimento cíclico com relação a outros países subdesenvolvidos. As

diferenças consistem em "*descontinuidades tanto em termos da incorporação e da difusão restritas do progresso tecnológico, como das mudanças bruscas na composição da oferta industrial*." A aceleração é mais profunda tanto em movimentos de ascensão como nos de queda das fases do ciclo.

Crises que venham a ocorrer no período são pequenas e geralmente ocorrem por alta de preços e recuperação de déficit público e do balanço de pagamentos. Somente em 1962/67 houve uma maior "crise de estabilização". A recuperação da mesma só ocorre por volta de 1967. As causas da crise estão associadas aos movimentos antes da mesma que consistem nos seguintes: os investimentos são centrados em produtos que superam a demanda interna; os mesmos não se distribuem por vários setores, representando expansão de capacidade produtiva em três ou quatro ramos, de material de transporte, material elétrico e metalomecânica, que não eram setores representativos anteriormente mas que possuem elevada complementaridade industrial; e a concentração aumenta em favor de empresas grandes nacionais, mas não as que competem diretamente com as estrangeiras no país.

No período há diferenciação da base produtiva e concentração de capital aumentada apenas em termos relativos e não absolutos, pois focou em setores antes fracos. Não há desnacionalização, mas internacionalização de capital. Há maior alteração na oferta do que na demanda. O aumento do setor de bens de capital gera complementaridade na produção e traz um multiplicador de renda e do emprego urbano. No começo da década de 1950, ocorrem aumentos das escalas de produção e com isso há aumento de acumulação em determinados setores. A aceleração da demanda leva ao aumento de concentração relativa, com maior expansão de lucro nas indústrias mais concentradas, e quando há desaceleração da demanda, há aumento da concentração absoluta, com desaparecimento de empresas que não conseguem manter a margem de lucro. Nesse caso, as empresas estrangeiras têm maiores chances de sobrevivência pois tiveram desenvolvimento adiantado e conseguem praticar diferenciação de produto e integração vertical de mercado, com economias de escala e externa importantes. O oligopólio diferenciado aparece com o formato de uma estrela, pois se dá além de integrações verticais e

horizontais e traz novas pontas de produtos diferentes mas com mesma base tecnológica na maioria das vezes.

Vão surgir adiante problemas de desajuste dinâmico entre as estruturas de oferta e de demanda industriais. A oferta estava superando a demanda em alguns setores, inclusive pelo fato de haver filiais de vários países competindo no mesmo setor. Todas essas empresas protegidas externamente e com subsídios de custo. Para a economia prosseguir bem, era necessário que a demanda se mantivesse em crescimento ao longo do período e comandando a continuação do ciclo de crescimento. Não bastava suprir a demanda e manter a margem de lucro, mas também deveria ser suprida a demanda em todos os setores conjuntamente. Assim haveria o ciclo de crescimento descrito por Keynes, porque se há *gap* em algum setor, esse ciclo não pode ser completo e autônomo. Era difícil manter um crescimento equilibrado entre os diversos setores considerando a base restrita de financiamento e o necessário salto de industrialização retardatária com grande volume de capital.

Mais importante ainda é a discussão que se segue agora sobre problemas na realização de um potencial de acumulação crescente. No longo prazo, o aumento da capacidade ociosa de produção sem utilização e de forma desigual por setores, pode ser muito prejudicial para a economia. O aumento da produtividade não afeta em muito a demanda, e sim se concentra na redução de custo por parte da indústria.

> *O aumento da produtividade conjunta do capital e do trabalho não se transfere de forma proporcional nem aos preços, nem aos salários (...). (p 178)*

Características estruturais particulares de economias subdesenvolvidas afastam a produtividade dos salários, e não permitem aumento de acumulação e de emprego no longo prazo, pela desigual distribuição do crescimento por setores e crescimentos aos saltos causando desequilíbrios. Mencionando Kalecki, a margem de lucro ou grau de monopólio aumenta com o tempo na indústria. O problema é quando a taxa de lucro efetiva de longo prazo estaciona e o grau de monopólio continua aumentando.

> *Mais precisamente, o excesso de capacidade e o excesso de poupança interna das empresas sem aplicação nos respectivos setores têm um efeito depressivo sobre a taxa de investimento privado, Quando esta começa a cair, arrasta consigo uma queda na taxa de emprego e nos níveis de demanda efetiva, que por sua vez leva à quebra das empresas marginais nesses setores. (p. 180-181)*

O aumento da margem bruta de lucro verifica-se principalmente em setores que não produzem para os assalariados, mas a taxa de acumulação global só cresce quando inclusive esse setor está tendo aumento da margem de lucro. Para estímulo do gasto público e de consumo de bens que não bens de salário, foi aprovada uma reforma fiscal/financeira em 1965/66. Com essa reforma, há redistribuição de renda em favor do governo e do consumo capitalista e visava atender a uma demanda "necessária" que era reativar a demanda de bens que correspondiam ao aumento da capacidade ociosa recém-instalada e também visava obter mão-de-obra barata.

No estudo de DRAIBE, S. M. (1985), é retratada a relação entre a política e a economia, que no período de 1930 a 1945, representa a formação do Estado capitalista e Estado nação no Brasil e o avanço da industrialização. A crise de 1930 contribui para entender um rompimento do aparente equilíbrio político e traz à tona diferentes interesses que tentam se reconhecer como um conjunto uniforme enquanto nação. O Estado brasileiro podia ser considerado intervencionista nessa época, considerando o grande interesse em regular a economia durante o Estado Novo, mas também o era assim quando Estado oligárquico se consideradas as políticas econômicas de valorização do café. Essa atitude do Estado acaba se relacionando com a luta social e política de classes tanto antes quanto nessa nova fase, sendo os principais interesses defendidos antes dos empresários do café e em 30 dos industriais. No início do período retratado no capítulo a intervenção do Estado é mais limitada marcando uma luta de classes menos acirrada. Enquanto no fim do Estado Novo, o Estado intervinha em várias variáveis econômicas.

No século XIX, quando da industrialização originária, o Estado necessitava intervir menos. Por isso, percebe-se que é devido ao fato de a industrialização do Brasil ser atrasada que o Estado deve agir de forma diferente. Há um salto da

industrialização inicial no país para a sua continuidade. Isso porque as bases técnicas de produção difundidas na economia internacional já são avançadas e necessitam de considerável volume de capital, superando a quantidade nas revoluções industriais. A herança da colonização marca uma ação concentrada em algumas áreas e com intervenção geral, mas apenas generalizada, não aprofundada.

Na verdade, esse processo de mudanças deveria ocorrer de forma mais dinâmica, articulando formas de financiamento com os países já industrializados e, internamente, articular a esfera pública à privada, de forma que a segunda ajudasse na grande missão da industrialização pesada. A primeira é praticada enquanto a segunda não, com os grandes empresários privados participando de conselhos coordenadores organizados pelo Estado, apenas para buscar seus próprios interesses e marcar opiniões que batiam de frente com outras, fazendo com que os projetos não tivessem sequência.

Quanto ao problema do financiamento da indústria, foi tratada a questão, além da reforma tributária que alargava a receita mas ainda tinha insuficiências, do estabelecimento de fundos vinculados. Esse sistema conseguia canalizar direto para o setor específico necessitado uma receita esperada, mas era deficiente no sentido de não ser flexível e passível de ser redistribuído em um sistema geral coordenado. A figura do presidente pode ser vantajosa nesse sentido de sistema coordenado, quando pensada a personificação do poder marcada pelo regime autoritário da época, que figurou bem Getúlio Vargas.

Portanto, há forças centralizadoras ao lado de forças *restringidoras*, na formação do Estado brasileiro capitalista. O regime industrializante tinha de passar por um processo novo, não enfrentado por outro país e que o ideal da democracia não era favorável ao processo centralizador, pois só mostrava as grandes divergências que existiam entre as novas classes que tomavam forma. Há a novidade de que a formação do Estado capitalista no Brasil se dá sobre formas estruturais e instituições capitalistas avançadas. É ditado o caminho que o país deve seguir por essa estrutura capitalista já montada. Assim, é importante o passado histórico do país, sua situação de atraso. Houve um processo heterogêneo, no qual

havia interesse em acelerar a industrialização e outro contrário, tanto externo quanto interno, representado o externo por dificuldades de importação de certos equipamentos para a indústria, por exemplo, e o último pela classe da burguesia exportadora, que deixava de ser a representada no âmbito político após o fim do Estado oligárquico. No governo de Dutra o Estado é menos regulador, como movimento óbvio da luta de classes, tornando uma estrutura mais neutra.

Observando um contexto mais adiante, tem-se a contribuição do estudo de LESSA, C. (1983). No final do ano de 1956, é formulado o Plano de Metas, sob o governo de JK. Esse plano consiste no maior esforço até então de industrialização. Esse plano não estava associado ao setor agropecuário e não estava aliado a uma busca por diminuir a concentração de renda. Os setores alvos eram aqueles em que não houve suficiente iniciativa privada, como no setor de energia, transporte, siderurgia e refino, e também o setor de bens de capital. O capital a ser utilizado nesse programa de investimentos não foi planejado, mas houve formação de recurso em considerável montante. O problema é que muito dele proveio de capital estrangeiro, o que agrava o desequilíbrio externo.

O autor lança a pergunta do por que se teria buscado, pelo agravamento do desequilíbrio, o avanço da indústria. E a resposta é a de que o país conseguiria ir nesse sentido, e só por esse sentido. Eram também almejados o desenvolvimento e o crescimento da indústria, os quais seriam possíveis por meio de aumento de importação de equipamentos, dentre outros métodos. Esse programa não marca o início da busca pelo avanço da indústria e se aplica em preencher espaços vazios que impediam o avanço superior do sistema. Vale ressaltar que o crescimento inicial da indústria se dá pela característica específica da oferta externa ser rígida e a custos crescentes. Uma defesa da adoção do Plano, provinda da indústria de bens intermediários, deve-se ao fato de haver vulnerabilidade frente à grande importação desses bens, pela não restrição das importações.

Voltando à questão do capital já mencionada, o Governo deixou para definir melhor a fonte total de financiamento após um período de ação do Plano. Isso porque melhoraria o cenário da economia, que não estava em crescimento.

Com relação aos objetivos e resultados, é interessante a análise do autor por setores. Com relação à energia, houve aumento da capacidade instalada de energia elétrica, que em número quase totalmente atingiu a meta. O objetivo era a substituição integral da importação de combustíveis líquidos, o que não ocorreu, mas houve considerável aumento da produção nacional. No setor de transportes havia o objetivo de reequipar as ferrovias, ampliar e pavimentar rodovias e também era prevista a melhoria dos portos. Na ferrovia havia problemas para superar o desequilíbrio, com um bem que demandava serviços complementares do país da tecnologia. A ferrovia, por problema de financiamento, não cresceu consideravelmente em extensão, enquanto a rodovia cresce em qualidade e extensão, com a meta atingida. Sobre as indústrias intermediárias, houve investimento no sentido de, principalmente, expandir atividades já existentes. Isso com relação à siderurgia principalmente. O objetivo é cumprido. Na análise das indústrias de bens de capital, a indústria automobilística está associada ao grande crescimento das rodovias e traz encadeamentos para trás no país, representado por produção de autopeças, marcante nesse setor, sendo assim uma indústria importante para o Plano.

Com relação ao financiamento do Plano, podem-se analisar quatro fontes. Uma fonte é representada pela entrada de capital estrangeiro. Essa fonte pôde ser importante para o Plano principalmente após a instrução 113 da SUMOC que, em 1954/55, estabelecia dispositivo para que a CACEX pudesse conceder favores a instituições privadas e públicas que tivessem atividades associadas ao desenvolvimento nacional. O organismo concederia câmbio de custo para a remessa de rendimentos e amortizações de investimentos diretos do exterior. Outra corresponde à participação do governo por meios fiscais e também por financiamento inflacionário. Outra importante fonte é a fonte privada, por meio de crédito externo e por meio de empréstimos de longo prazo a taxa de juros negativa, com grande incentivo a inversões prioritárias. É importante aqui a questão da reserva de mercado às produções substitutivas. Foi operacionalizada por meio de alíquotas altas à importação e por meio de câmbio subsidiado para a importação de insumos. Também tem a questão da alta taxa de inflação, resultante de financiamento público, e que destinava poupanças para o setor privado. Essas

fontes representam importante crescimento da indústria, mas ao mesmo tempo representam financiamento inflacionário à custa da população e concentração da riqueza gerada pela indústria.

Em DAVIDOFF, C. P. (1980), pode-se ver o debate de ideias relacionadas ao desenvolvimento no Brasil. O autor retrata o período do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e mostra as mais importantes linhas de pensamento sobre o desenvolvimento da economia da América Latina e do Brasil. Países da América Latinha se defrontavam com situações semelhantes, em geral, e sobre os estudos com relação ao grupo destacam-se os estudos e práticas associadas ao FMI e aos estudos da CEPAL.

O FMI entendia que esses países tinham insuficiência crônica de poupança interna. E que, com políticas para acelerar o crescimento, a partir da emissão de moeda, por exemplo, chegava-se a alta da inflação. Também havia a crítica ao déficit público gerado pelas expansões fiscais. A defesa, então, era a de que houvesse política de estabilização para estabilizar preços e acabar com o desequilíbrio externo, e com isso seria fomentada a poupança interna e haveria garantia da entrada de capital estrangeiro. Em geral, era a determinação de uma demanda global, por políticas expansionistas desenvolvimentistas não compensadas, que gerava a alta de preços, para os autores. A política deveria agir contendo o déficit, regulamentando o mercado de capitais e liberalizando relações externas.

A CEPAL, a princípio, defendia o avanço da indústria pela substituição de importações que, com certas políticas corretivas tiraria o atraso da periferia frente ao centro. Mas depois o órgão reconhece dificuldades práticas de tentativa de crescimento e as atribui a obstáculos estruturais. A inflação é um problema fundamental e decorre de um problema estrutural que determina que a industrialização dos países emergentes se dê pela substituição de importações.

Sobre a análise especificamente do Brasil, tem-se duas visões que seguem cada uma as visões citadas acima agora com certas especificidades ao país e a visão da esquerda nacional. Furtado segue o que foi dito acima pela Cepal. Mas sobre o Brasil especificamente, a industrialização cresce a ponto de chegar ao

crescimento autossustentado, mas isso ocorre à custa do desequilíbrio externo e da aceleração inflacionária. O desequilíbrio se dá pela pressão na capacidade para importar, típica de uma industrialização que tinha como base outra tecnologia e insumos de fora. Assim, a desvalorização cambial pressiona o preço interno relativo para cima. Uma questão importante é a de que não houve a modernização de outros setores junto da indústria, o que levou a desequilíbrio estrutural interno e isso traz o problema da inflação. Isso pode ser analisado pela rigidez do sistema agrário e de tributação.

Campos, com sua teoria ortodoxa próxima a do FMI, foca na aceleração inflacionária e é contra políticas expansionistas (que no Brasil, para ele, se devem em função da crença na política monetária como política desenvolvimentista). Deve haver o combate para ele da alta inflação. Para o autor, o crescimento rápido e a diversificação geram pressão inflacionária, mas a concretização dessa alta de preços só pode ocorrer com políticas. Sobre o PAEG, ele segue fielmente a teoria de Campos e da base de ação do FMI. Defende relações internacionais de capital sem barreira como garantia do crescimento no Brasil e da disponibilidade de poupança.

A visão da esquerda defende que o imperialismo se mostra pela penetração de capitais e pelo aumento da dívida externa. O latifúndio, outro mal para a economia brasileira, teria se reforçado. Não era estimulado o progresso técnico e com uma produção inferior à demanda, havia o aumento dos preços agrícolas, o que leva à especulação dos proprietários de terra parasitários. Para a esquerda é necessário haver reformas de base; também para a Cepal e Furtado, para que as coisas passem a melhorar, como na questão de uma distribuição de renda mais justa como defendia Furtado.

Ao atualizar o debate para o início dos anos 2000 e para pensar nas perspectivas para o futuro do nosso país, pode-se usar como base o texto Desafios do Desenvolvimento Brasileiro de Ricardo de Medeiros Carneiro, R. (2011). Segundo Carneiro R., de 1980 a 2003, a economia brasileira teve baixo dinamismo econômico tanto com relação aos países desenvolvidos como aos subdesenvolvidos mais dinâmicos. Contudo, em 2004 há taxas de crescimento bem elevadas, que atingem quase o dobro do atingido no período anterior, com apenas um desvio em 2009, já

com recuperação no ano seguinte. É necessário analisar as causas dessa nova fase de crescimento.

No plano externo, o autor analisa a importância da crise financeira e no plano interno considera relevante a análise da demanda externa, da melhoria da distribuição de renda e acesso ao crédito, e também analisa os investimentos público e privado.

Sobre o contexto internacional, com esse estudo situado em 2011, a crise financeira é material importante de estudo, até porque o regime atual, que sucede o de Bretton Woods, caracteriza-se por regime de dominância financeira. Assim, o autor estuda a relação entre a dinâmica da riqueza e a renda. Segundo Carneiro, R. (2011): "A liberalização financeira, a securitização e o desenvolvimento dos mercados secundários terminaram por engendrar uma dinâmica própria dos preços dos ativos, deslocada dos fundamentos, por meio das "bolhas de preços"." Esse processo de valorização fictícia dos ativos faz com que os agentes, famílias e empresas, tenham gastos relativamente desvinculados da renda e dos lucros. É importante o que Aglietta (2004) aponta: pelo fato de os agentes possuírem mais riqueza financeira é que gastem de forma mais associada à riqueza do que à renda. E ainda por cima o aumento de gastos não se faz pela venda desses ativos e sim pela sua presença e com o aumento de endividamento.

Esse perfil concentra-se principalmente em economias avançadas e é o principal motor de crescimento nos EUA, desde o surgimento do novo regime financeiro internacional. É de especial atenção o caso das empresas em que a valorização global dos ativos é mais importante do que a busca pelo equilíbrio entre gastos e ganhos. O endividamento torna-se muito alto. A bolha no mercado de ações, seguida pela bolha imobiliária, fez os agentes perceberem algo que já era perceptível, que o gasto estava fora do controle. Segue-se então uma onda de *desendividamento* e de gasto mais atrelado à renda novamente.

As políticas dos países centrais em reação à crise estão encontrando resistência para melhorar a economia. Isso porque a política fiscal acaba reduzindo o efeito do multiplicador da renda, que se torna importante de novo com o *desendividamento*, e porque a política monetária de *quantitative easing*, com a

busca dos juros baixos, não traz aumento de demanda por crédito em curto prazo devido às expectativas negativas e deixa o crédito barato. Os bancos seguem prejudicados.

A política monetária dos EUA está tentando buscar a melhora, nesse contexto, mas acaba provocando guerra cambial. Lembrando que o regime se sustenta pelo déficit comercial dos EUA com o mundo e injeção de liquidez da moeda reserva dólar no mundo. Assim, os EUA tornam-se alavanca do crescimento dos países. Há destaque para Alemanha, Japão e China. No entanto, a crise financeira reverte a demanda e o câmbio e faz com que países asiáticos como a China busquem nova estratégia.

Há, em decorrência da crise, certa mudança na articulação de países e, nos anos 2000, países asiáticos e sul-americanos têm forte relação comercial, os primeiros com produtos manufaturados e os últimos com matérias-primas. O que isso indica para a América Latina? No Brasil, o juro alto atrai capitais especulativos e especialmente no mercado de *commodities*. A China, ao contrário do Brasil, mantém sua moeda desvalorizada e com isso mantém a competitividade das exportações. Assim, o Brasil fica em posição desfavorecida nesse contexto, por perder força de exportação e ter o país inundado de produtos chineses. Contudo a demanda externa pelas *commodities* faz com que o preço seja alto. Com a China melhor do que países centrais até surgem rumores de nova ordem com a mesma no centro, mas isso é impossível porque sendo o regime estritamente monetário e financeiro, apenas o país detentor da moeda reserva central e de maior confiança, o dólar, pode ser líder, os EUA. Pontos importantes entretanto são a importância da guerra cambial com a resistência chinesa e também o fato de a realocação produtiva poder ser de difícil alteração no longo prazo, sem contar que há empresas de propriedades americana, japonesa e europeia na China, como partes de cadeias globais de produção.

Conclui-se que, sobre o aspecto internacional, a não previsão e o não planejamento levam os EUA a precisarem negociar melhor as relações para evitar restrição de fluxos de capital e também de comércio.

Sobre o contexto interno, de 1980 a 2004, há crescimento do investimento acima do PIB e isso mostra um ciclo com maior profundidade, ao contrário do movimento *stop and go* comum da economia brasileira até então.

Sobre a demanda externa, ela é responsável por um novo ciclo de crescimento na economia brasileira a partir de 2003. Mas de 2006 a 2010 há aumento de importação líquida para contrapor. As *commodities* primárias e processadas são os produtos com maior demanda externa e, como representam parte importante da pauta exportadora, são responsáveis pelo crescimento no país. Os preços internacionais desses produtos sobem e a demanda da China, com sua nova inserção na divisão internacional do trabalho, puxa o crescimento da exportação desses bens. “Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), elaborados pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, 2010), as *commodities*, definidas como a soma de produtos primários, semimanufaturados e dez produtos industriais processados, representavam cerca de 50% da pauta em 2003, passando para 65% em 2010.” Sobre as exportações, há redução do peso das industriais de 78% para 61% do total, segundo dados do IEDI de 2010.

Não basta olhar para as exportações líquidas como fonte de crescimento para o país. A elasticidade-renda de exportações e importações também é importante. Como nos anos 1990 o foco deixou de ser a busca pela diversificação, as exportações vão se concentrar em produtos de baixa elasticidade-renda e as importações em alta, seguindo a tendência do país de balanço com desequilíbrio estrutural. Isso prejudica o balanço em transações correntes. Sobre aspectos conjunturais, o câmbio valorizado até a crise foi prejudicial, mas o crescimento dos países centrais demandadores foi positivo e permitiu, nos anos 2000, superávits comerciais consideráveis. Após 2005 há aumento considerável de importação para complementar a expansão da indústria, o que estabiliza e até faz decair o saldo comercial. A importação mais considerável é no setor de indústria de bens de capital. Assim, tem-se a importância de fatores conjunturais ou pouco controláveis e também daqueles mais estruturais, que requerem maior tempo para alteração.

O aumento do consumo representa principal fator de crescimento da economia brasileira desde 2003. O consumo tem taxas de crescimento acima do PIB nesse período. O consumo cresceu pelo crédito e pela melhoria da distribuição de renda. Acaba sendo autônomo pelo crescimento independente da renda a partir do crédito e também representa maior propensão média a consumir por mudanças na distribuição de renda.

Há melhoria da distribuição de renda de forma funcional e pessoal, devido à própria dinâmica do mercado de trabalho, mas também à política de reajuste de salário mínimo e a transferências governamentais. Há importância do contexto de baixa inflação, crescimento econômico e liberdade sindical. Isso tudo contribui para a recuperação do salário médio real após 2004. E o salário cresce acima do PIB e da produtividade.

A política de reajuste de salário mínimo reduz a dispersão entre mínimo e médio de 4, 5 para 3 vezes. O aumento da renda da camada de menor remuneração traduz-se imediatamente em consumo, por isso se observa a maior contribuição do consumo possibilitada pela alteração da distribuição de renda.

Com respeito às transferências, houve aumento do valor do benefício-base, com crescimento de 58% em termos reais, e houve também a criação de novos programas como o programa Bolsa Família. Segundo Santos (2009), entre 2003 e 2009 teve ampliação em 1,5 ponto percentual o conjunto de transferências de previdência e assistência.

Mas o impulso do consumo pela distribuição de renda deve ser considerado temporário, pois o salário médio havia caído no governo anterior e só teve o valor recuperado, e o salário mínimo inicia o governo Lula em patamar baixo. Uma possibilidade de continuação de redução da desigualdade de renda seria pela transferência de renda maior para os mais necessitados, com a mudança da composição da base tributária para uma forma mais progressiva.

Uma análise do crédito mostra que, entre 2003 e 2009, o financiamento para pessoa física aumentou em 10 p.p., de 5% para 15% do PIB. Há expansão do crédito por meio de inovação (crédito consignado) e também por meio de

concorrência. Houve redução da taxa de juros com ampliação da oferta. Também houve aumento de crédito direcionado, como no caso da habitação. Mas deve-se considerar que a taxa de juros básica é alta e não favorece o endividamento, como se observa nos países centrais. A antecipação do poder de compra é prejudicada. Também o investimento. O alto *spread* bancário no país não é mais reflexo da instabilidade do câmbio e da intermediação financeira e se deve principalmente ao grau de oligopólio.

Sobre o investimento, durante cinco anos o investimento cresce acima do PIB. Resta analisar as causas e possíveis limitações desse movimento. O movimento é determinado primeiramente pelas exportações, seguido pelo consumo e, por fim, o investimento tenderia a crescer por ele próprio. O último passo ocorria na época desenvolvimentista com busca da diversificação e ampliação da infraestrutura. Com a crise financeira e, portanto, de demanda externa, o crescimento já não pode ser puxado pelas exportações. O câmbio e a concorrência da China também prejudicam. Há expectativa de crescimento puxado pela exportação do petróleo associado ao pré-sal, com importante relação entre esse investimento e a restrição externa do país. O crescimento puxado pela demanda deve ter atenção, pois pode ser refúgio para a importação. Para isso o câmbio deve ser controlado quando possível e políticas setoriais devem cobrir setores ainda frágeis no país.

É importante o investimento em infraestrutura, pois a mesma é base e se complementa em círculo virtuoso a outros setores. Está havendo aumento de investimento nessa área e deve continuar. Defende-se maior atuação do Estado para a busca do desenvolvimento brasileiro e necessita-se redefinir preços-chave da economia, câmbio e juros. Assim, agir sobre determinantes dos mesmos é importante.

Conclui-se nesse capítulo que deveriam continuar investimentos pesados em infraestrutura e manter planos industrializantes nos moldes do Plano de Metas nos anos 1950, por exemplo. Além disso, variáveis-chave da economia deveriam ser controladas, como o câmbio, que não pode ser valorizado a ponto de vazar demanda interna. Reformas estruturais continuam sendo necessárias (reformas

agrária e tributária) e busca por maior especialização da pauta exportadora em bens de maior elasticidade-renda seria muito vantajoso.

CAPÍTULO III: MICROECONOMIA NA INDÚSTRIA - UM OLHAR PARA O BRASIL

Neste capítulo são explicados com mais detalhes os aspectos microeconômicos levantados no Capítulo I, de acordo com visões de autores importantes.

Nos anos 1990, o fenômeno da privatização generaliza-se e torna-se importante questão sobre o debate de desenvolvimento da indústria. PINHEIRO, A. C. (1999) faz uma análise sobre o fenômeno. Segundo o autor, a privatização no Brasil concentra-se nos anos de 1996, 1997 e 1998 e tem como alvo setores importantes da economia como transportes, telecomunicação e eletricidade. É interessante a análise da presença do Estado na economia do país, que sempre foi considerável, mas que aumenta de forma importante com o Estado Novo de Vargas. Empresas estatais surgem como parte de um programa que tinha objetivos como o de ocupar setores não atrativos ao setor privado; o de ter cuidado com a segurança nacional, tanto na produção de bens importantes em período internacional conturbado, como pelo fato de assegurar o controle do Estado sobre setores importantes e estratégicos; também havia a intenção de nacionalizar empresas estrangeiras que não tinham crescimento almejado pelo país; a busca pela diversificação e integração das empresas via substituição de importações também foi importante.

Mas não havia a ideologia de transformar a ação do Estado; havia projeto mas não havia um objetivo tão definido. Como é característico do nosso país, as ações vão sendo tomadas. Mas há importante avanço da economia do país no Estado Novo. E a empresa estatal não substituía a privada, mas alçava lugares que a privada não dominava e conseguia atingir eficiência que ficava a desejar na última. Houve nessa época estatização, que acabou desaguando em uma reação do empresariado, que exigia condições de competitividade melhores com relação às empresas estatais. O Estado fornece subsídios, mas tem reação à privatização em setores estratégicos. É importante ressaltar, entretanto, que não há ideologia de crescer a participação estatal, mas seguir um plano de crescimento. Mas ao final da década de 1970 e durante anos 1980, há o problema da inflação. A princípio é

decorrente de choque de preço externo, mas depois se dá pela desvalorização e correção monetária, em um país dependente do capital externo e de moeda pouco confiável. Assim, a privatização torna-se uma maneira de combater a alta dos preços, e é permitida em setores não tão estratégicos, em busca da estabilização da economia.

A defesa da privatização se dá em defesa do fato de as empresas estatais serem responsáveis por parte considerável do investimento e consumo, na época. Houve *reprivatização* e não constavam na lista grandes empresas estatais. Sem contar que a venda de certas empresas consistiu no saneamento financeiro, considerando que a dívida (mais cara pelo juro alto) levou algumas empresas a processo falimentar. A maior venda em termos de receita foi a participação do BNDES na Aracruz Celulose, em termos de ativos foi a empresa Caraíba Metais e em termos de números de empregados foi a siderúrgica Cimetal. Nos anos 1980, a privatização não era foco e constituiu-se em uma maneira de se livrar de empresas insolventes. Mas isso muda nos anos 1990. Nos anos 1980, o desempenho operacional das estatais era positivo, havia ainda a proteção contra a desnacionalização possível da economia e percebia-se que as privadas estrangeiras seriam as únicas que comprariam as estatais, por isso o processo de desnacionalização.

O estancamento do crescimento e a crise fiscal do país impulsionam a mudança de pensamento com relação à economia nacional. Nos anos 1990, a Constituição ignora medida provisória que inibe privatizações sem necessidade (aquelas empresas que não estavam em processo falimentar) e abre mão do monopólio público em setores estratégicos. É no governo Collor que ganha força a privatização, mas não se pode deixar de lado que os contextos nacional e internacional se alteram, com as empresas estatais perdendo eficiência e com necessidades de política em um contexto de abertura econômica atrelada aos problemas dos anos 1980. Mas há impactos da desnacionalização e de riscos à segurança nacional e isso acontece com a democratização do país e afastamento dos militares e com o fim da Guerra Fria.

No contexto econômico, pode-se dizer que essa mudança de foco se deve ao fato de a acumulação já ter avançado consideravelmente na operação de “ocupar espaços vazios” e pelo fato de no momento ser interessante obter ganhos de produtividade e competitividade, considerando o episódio da Globalização. Também o Estado vivia crises fiscal e externa. Outra questão importante era a falta de eficiência nas estatais, escondida por rendas de monopólio. Não havia controle de gastos correntes e apenas o investimento era mais controlado. O controle de gastos das estatais, em período de crises fiscal e externa, era contrário à necessidade de investimentos. Como havia o objetivo da estabilização, e a situação andava mal como um todo na economia, as medidas de privatização são tomadas. Mas percebe-se que o processo teria que ser mais demorado, pois havia complexidade na relação de sócios e a situação de solvência dessas empresas não era nada boa.

Assim, durante o primeiro plano de estabilização Collor, até 1995/96, não consegue bons resultados. Há foco da privatização nas indústrias de transformação até 1995, quando o monopólio da infraestrutura iria ser alvo do processo. A receita do processo permitia o governo saldar dívidas e até mesmo exercer gastos. Há constatação de que as empresas privatizadas tiverem indicadores melhorados, como vendas reais, patrimônio líquido, lucratividade e vendas por empregado. Há melhoria da produtividade. É necessário comentar também que a venda das estatais é importante para atrair IDE para pagar a dívida e evitar que ela cresça. Isso considerando o Plano Real, importante plano heterodoxo de estabilização. Assim como na estatização no Estado Novo, a privatização constitui uma medida mais pragmática que ideológica.

Duas ressalvas à privatização na América Latina são que poderia haver uma melhoria da regulação antes do início da privatização, para acompanhar se o objetivo de melhoria seria alcançado, e que só em casos em que houve a competição é que os preços reduziram. Mesmo assim, o Brasil é o país que mais se preocupa com a regulação e a melhoria dos preços para o consumidor. Se não há regulação, a concessão é melhor opção. No país ainda, as possíveis fusões estariam sujeitas à Lei de defesa da concorrência. A regulação no país não é tão eficaz por olhar para cada setor, ao invés de ter um órgão que se especializasse nas empresas com novo controle de capital.

Assim, o setor de telecomunicações tem regulação importante, enquanto o setor de eletricidade não muito. O setor de água e saneamento foi o que menos avançou tanto na privatização quanto na regulação, sendo que seria um setor com necessidade importante de aumento de competitividade, pois acaba sendo oligopolizado e controlado por estados e municípios. Três problemas estão associados às agências de regulação no Brasil: o foco exagerado em questões técnicas em detrimento da melhoria para o consumidor, por exemplo; a falta de observância quanto à competição durante todas as fases pré, durante e pós privatização; e a falta de estabelecimento sobre atitudes a serem tomadas caso haja desacordo entre regulação, concessionárias e consumidores. A regulação representa substituto imperfeito da competição, especialmente em países que tem pouco desenvolvimento de capital humano.

BARROS, J.R.M. & GOLDENSTEIN, L. (1997) comentam a importância da melhoria de competitividade das empresas e isso é importante para o crescimento, desconsiderando a desnacionalização ocorrida no período. A economia brasileira a partir dos anos 1990 caminha sobre a estrutura privatização-globalização-abertura da economia-estabilização, contrariando o tripé estabelecido nos anos 1930, o qual é consolidado fortemente no II PND nos anos 1970. Uma parte importante que perde força é a que corresponde ao papel da empresa estatal.

De forma positiva, entretanto, a abertura comercial em especial permite maior competitividade e inovação, diminuindo a pressão inflacionária, de acordo com plano de estabilização, portanto. Há aumento de demanda por impacto redistributivo com ganhos do consumidor por redução de tarifas, maior produtividade das empresas e também por redução da reserva de mercado (*sobre-preço* ou quase renda, considerada parcela adquirida por poder de barganha ou de oligopólio das empresas em economia fechada). Além disso, há a redução dos preços em geral da economia após o Plano Real. Essa questão pode deixar a economia mais atraente para investimentos, considerando investimentos de estratégia *market seeking*, por exemplo.

A análise de ganho de produtividade é difícil e acaba sendo ignorada. Propõe-se a fazer uma análise setorial das melhorias, inclusive *intersetorial* que

formam círculo virtuoso e que, segundo ele, se não houver impedimentos, haverá elevadas taxas de crescimento e dinamismo na economia interna.

Sobre o setor automobilístico, enfatizando-se as montadoras, tem-se que as mesmas têm investimentos atrativos devido ao esgotamento nos países desenvolvidos. Prioriza-se o tamanho do mercado e a proteção não tem espaço. A modernização é buscada e a proteção não cabe, pois a inovação deve testar o mercado e não ter a garantia dele. É considerável no setor o investimento novo, mas a fase inicial consiste em colocar redes de distribuição e assistência técnica, e ter nível elevado de importação. Há mudança geográfica que considero positiva para diminuir desigualdades regionais. No setor a exportação pode tentar contrabalançar a importação também, mas não na fase inicial. Há redução de *gap* tecnológico mas que não alcança os países centrais, porque os mesmos não querem isso e porque ideias são patenteadas.

Sobre a indústria de autopeças, é alta a intenção desse investimento não só no Brasil. Com a globalização produtiva, as empresas devem buscar competitividade global e ter miniempresas em todos os lugares possíveis (desconsiderando atividades estratégicas da matriz). O exemplo da Metal Leve é importante para mostrar a imposição dos padrões globais e de que não basta portanto ter capacitação tecnológica.

No segmento “Eletrônica de consumo”, há excessiva redução de preços, até mesmo pela metade para alguns produtos. Isso aliado à melhoria do crédito e do poder aquisitivo leva ao aumento considerável da demanda e consumo.

No setor de alimentos, a estabilização traz ganho aquisitivo que acaba sendo transferido em grande parte para esse setor, em função da baixa renda de grande parte da população. A Associação Brasileira da Indústria de Alimentação até chega a divulgar que, com relação às vendas, não seria difícil competir com a indústria estrangeira no país (isso desconsiderando pequenas empresas logicamente). A importação no setor é pouco considerável. Dois fatores positivos são a grande ocupação de mão-de-obra e a não concentração do setor. A competição entre empresas do mesmo setor acaba incentivando novos investimentos.

O setor de papel e celulose não tem processo de reestruturação profundo, até mesmo porque é um setor com escala grande e prazo de maturação longo. Mas havia intenção de investimento. Há também processo de concentração de empresas por fusão/aquisição. No segmento de papel, a demanda torna-se maior e isso pode pressionar a balança comercial sem maiores investimentos. Já no de celulose, o sol e a umidade do país são favoráveis e tornam o Brasil o primeiro exportador mundial de celulose de eucalipto, produto de tecnologia brasileira e com 45% do mercado mundial (não considerando aqui o custo Brasil, entretanto).

O setor siderúrgico, estratégico, representa o primeiro setor a ser privatizado e já colhe rapidamente frutos como o aumento de produtividade. Há pressão ainda para redução de custos por haver margem pequena, mas o aço brasileiro acaba sendo competitivo por ter matéria-prima boa e barata e mão-de-obra e energia baratas. A média de produtividade é baixa para o padrão global, mas há que considerar essas vantagens. Muitas aquisições ocorreram no setor, tornando-o bem concentrado. Como exemplo, tem-se a fusão de quatro empresas que controlam 75% do mercado de aços especiais (Acesita/Villares/Eletrometal/Sifco).

É importante analisar a relação *intersetorial*. O rendimento esperado do setor automobilístico e a privatização e modernização engajadas no setor de infraestrutura possibilitam que haja previsão de investimento considerável no segmento siderúrgico, em torno de 7 bilhões de dólares, entre 1994 e 2000, com 70% destinado à melhoria de qualidade (investimento em aço especial, padrão internacional de inovação) e 30% em ampliação da capacidade produtiva. O BNDES tem projetos de investimento em quase todas as empresas do setor.

No segmento de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, há em 1995, mas ainda sim grandes *players* mundiais do setor investem no país como a Agco, John Deere e Case. O segmento de tratores teve concentração e limita-se a cinco o número de produtores no país: Iochpe-Maxion, New Holland, Agrale, J.I. Case e Valmet. Duas empresas apenas ficam com tratores de pequeno porte: Kubota e Yanmar.

No segmento de colheitadeiras, a concentração foi maior, limitando a produção a três empresas: SLC-John Deere, New Holland e Iochpe-Maxion.

Por fim, no segmento de implementos agrícolas, vinte empresas controlam a maior parte da produção, mas são poucas que têm capacidade de competição internacional, algumas com contratos de tecnologia com firmas europeias. O setor agrícola passa a ter uma situação mais estável.

A informática teve ampliação do mercado, pela estabilização, e também teve alteração no processo de estruturação produtiva com *flexibilização* da Lei da Informática de 1990 a 1993. Surge o decreto PPB, Processo Produtivo Básico. Assim, há alteração no perfil do setor. Pequenas empresas tornam-se representações ou prestadoras de serviços das grandes empresas. A IBM e a Compaq, líderes mundiais na fabricação de microcomputadores, instalam fábricas entre 1994 e 1995. Muitas empresas estrangeiras entram no país através de nacionais. O aumento na produção contribui para a diminuição de preços e do contrabando.

Na construção civil, setor muito importante, há queda na atividade, mas há consumo recorde de cimento, na época. Também tudo indica que esse aumento no consumo decorre do ganho aquisitivo, principalmente dos consumidores de baixa renda, com a estabilização. O setor tem crescimento depois de certo tempo e torna maior o número de empregos e de domicílios no país.

Há um movimento de reestruturação produtiva geral, pois o investimento direto tem aplicação diferente dos primeiros movimentos nos anos 1950 e 1970. Uma observação sobre isso é importante. É imposto nos anos 1990 um padrão internacional de produção, mas não com competitividade similar às matrizes nos países centrais. Deve-se pensar que não há interesse dos países desenvolvidos que os “alcancemos” (esse verbo não é bem colocado, pois países diferentes devem ter trajetórias diferentes de desenvolvimento, mas de certa maneira a forma de competição dos países desenvolvidos são objetivos dos países em desenvolvimento).

O setor automobilístico é muito atraente para o capital internacional e é um dos primeiros a serem modernizados. Os setores de alimentos e eletroeletrônicos de consumo também têm velocidade de transformação. Setores mais tradicionais como

os de têxteis e calçados sofrem com a privatização e, para não falirem, pensam em novas estratégias para proteger a reserva de mercado.

Setores com investimento de longo prazo acabam ganhando investimento com a estabilização. Isso porque o cenário é mais favorável a expectativas positivas e tornam menos desejados os movimentos puramente especulativos.

Outra visão a respeito das privatizações, com LAPLANE, M. F. E SARTI, F. (1997), consiste em um estudo sobre a contribuição positiva ou não das mesmas. A análise dos autores constata mudança de orientação da privatização no após 1994 em comparação com 1990/93, o último descrito acima em PINHEIRO, A. C. (1999). A expansão da demanda doméstica, com poder aquisitivo recuperado em favor da estabilidade monetária, renova o interesse das EE (empresas estrangeiras) já instaladas no país e até mesmo atrai novos investimentos. Bieslschowsky (1992) defende que o interesse das EE no país está associado às condições macroeconômicas locais e principalmente ao mercado interno, constituindo-se, então, a estratégia da maioria das empresas, em *market seeking*. De forma que as EE dedicaram atenção, depois de certo tempo, às atividades que mais cresciam como bens de consumo duráveis e não duráveis. Também há que se considerar o custo irrecuperável de certas empresas.

A política setorial era muito favorável a empresas de *market seeking* e também para as de *resource seeking* (exploração de recursos naturais). Os autores também constatam *efficiency seeking* (Dunnig, 1988) como estratégia das EE em geral. Isso constitui-se na busca por maiores escalas e mais diversificação. A diversificação é baseada no *outsourcing*, com câmbio sobrevalorizado, e é destinada ao mercado interno. Sobre o *efficiency seeking*, é interessante comentar que, no contexto recessivo nos anos 1990, essa estratégia foi importante por incentivar a diversificação e até mesmo inovação de formas organizacionais. Isso eleva a produtividade e pode contribui para crescimento, mas é positivo para um desenvolvimento nacional?

Havia expectativa de as filiais brasileiras melhorarem a representação nas redes *interfirmas* e isso ocorreu, mas não de forma muito expressiva, apenas mais associada às relações no MERCOSUL. É importante falar sobre a estagnação do

investimento que se deve à pequena expansão do mercado nacional e por aumento de produtividade por ocupação de capacidade ociosa ou por simples mudança nas formas organizacionais (inovações). E o investimento está associado a baixos coeficientes de capital e emprego, seguindo o modelo de produção “flexível e enxuto” de paradigma contemporâneo e por se dar em economia com fragilidade de cadeias e encadeamentos. Com relação aos encadeamentos, é abordado também que a estrutura desse investimento deixa o aspecto mais dinâmico no exterior e há pouca capacidade de realimentação do crescimento de forma endógena, como, por exemplo, via aumento de renda para induzir maior expansão da produção. Assim, já se corrobora a hipótese de incentivo ao crescimento autossustentado.

É constatado também aumento de importação e não compensação da exportação, concentrado nas EE. Dessa forma, em um país com problema estrutural no balanço de pagamentos, o aumento de competitividade não pode ser compensação de saldo devedor. A exportação continua focada em empresas *resource seeking* que se interessam pelos recursos naturais. Mas deve-se pensar que a tendência maior do câmbio atualmente é de ser desvalorizado, o que torna mais positiva a condição do saldo comercial.

O IDE é como investimento nacional no sentido de que, se as empresas criadas não evoluírem, e considerando o sistema financeiro pouco importante do país, ele se torna um peso. O setor de pesquisa e desenvolvimento precisa se desenvolver, pois traria crescimento autossustentado. Universidades devem ter investimento priorizado. A estratégia de eficiência é importante, mas tem proteção de propriedade e não é difundida. Deve haver criação nacional de ideias. Aí está a importância de separar o ponto positivo microeconômico de estratégia das empresas e o efeito macroeconômico. A internacionalização da produção nos anos 90 se dá de forma protegida. Há controle pela matriz da parte mais dinâmica do processo de produção. Se o Brasil quer fugir do recorrente corte do crescimento e incentivo à exportação para a manutenção da estabilidade, deve ter planejamento mais sério e ao mesmo tempo mais arriscado.

Com relação à internacionalização atual da indústria, prevalece a fragmentação dos negócios, ou seja, as empresas possuem a produção globalmente

distribuída. Todas as partes do processo produtivo são instaladas em locais que tragam situações de melhor competitividade para cada uma. A especialização produtiva é característica dessa moderna forma de produção, de forma que cada país concentre áreas específicas do processo de produção. É importante o grau de abertura de comércio de cada país.

Em STURGEON, T. et al (2013), vê-se que a produção se concentra próxima a filiais de multinacionais, as quais surgiram em maior número no Hemisfério Norte, mas com a globalização a produção acaba conquistando cada vez mais o Hemisfério Sul. Tudo em função de busca de redução de custos operacionais e crescimento do mercado interno no Sul, a partir de 2001.

Em 2009, a exportação mundial de bens intermediários excede em valor a exportação de bens finais, com a primeira com participação de 51%, representando a fragmentação da cadeia de produção (OCDE, 2011; OMC E IDE-JETRO, 2011; UNCTAD, 2013; FÓRUM ECONÔMIMO MUNDIAL, 2013).

> *As CGVs estão criando novos desafios em muitas áreas, incluindo as que dizem respeito às estratégias empresariais, às políticas governamentais, à coleta de estatísticas, e assim por diante. (p. 32)*

E dentro dessas estratégias é possível pensar as estratégias de desenvolvimento econômico dos países. O autor analisa se a especialização em certos processos da produção é importante ou apenas no caso de países com empresas totalmente integradas verticalmente. É mais relevante se a indústria é de alta tecnologia? Quais os efeitos das CGVs na criação da riqueza, emprego e inovação? E como seria ideal uma política industrial que focasse nas CGVs?

As cadeias globais de valor impulsionam mudanças estruturais e como estão associadas a comércio exterior, são relevante tema para estudo de desenvolvimento de um país, visando que atualmente empresas com fortes relações comerciais no exterior possuem maior tamanho, maiores lucros, investem mais em pesquisa e pagam maiores salários. A produtividade é conquistada para países em desenvolvimento, por exemplo, quando conseguem adquirir matérias-primas de outros países a preços competitivos. O Brasil encontra-se em estado inicial no

desenvolvimento por CGVs, isso porque tem maior concentração de vendas em produtos primários com forte demanda da China, principalmente entre 2000 e 2010.

Essa expansão das CGVs poderia ser negativa para o desenvolvimento do país apenas se for analisado que, se ocorre de forma rápida, exige o desenvolvimento paralelo de políticas de desenvolvimento econômico e social, como as políticas de saúde, sociais e de educação. Na verdade, seria ideal a implantação antes das mesmas. Os lucros maiores, também há de se considerar, ficam com as filiais que concentram a marca ou concepção do produto ou até mesmo filiais que fornecem tecnologias de núcleo ou componentes avançados. E também se concentram em empresas multinacionais, de grande porte.

O papel das políticas econômicas aqui perde um pouco de sentido. Afinal, como as empresas operam globalmente, as políticas em certos espaços nacionais, são apenas algumas das normas as quais elas podem estar sujeitas. Até mesmo as estatísticas sobre o assunto, que podem vir a embasar políticas públicas, são difíceis de serem concebidas por movimentos comerciais cada vez mais complexos e sem limites, buscando burlar qualquer tipo de custo ou impedimento.

No Brasil existem alguns problemas com relação à formulação de política pública para as CGVs, como os associados à complexidade e à instabilidade de políticas industriais no país, às tarifas de importação, ao custo Brasil e a um direcionamento pequeno do Plano Brasil Maior, para nichos mais específicos com os quais o país tenha vantagem competitiva. A logística representa gargalo para essas cadeias e políticas de promoção de exportações no Brasil devem abranger os setores envolvidos nessas cadeias. Deve haver investimento em P&D no país como um todo, mas principalmente em locais que se encontram filiais das cadeias.

Pesquisas mostram a atuação das CGVs em um cenário mais atual. Mais do que as firmas líderes, hoje em dia se encontram com grande presença internacional os fornecedores globais, que podem ter matriz em nosso país. A terceirização global tem espaço importante. A mesma pode pressionar o salário para baixo, mas em certos lugares eles conseguem ser praticados como altos em países em que a média salarial é menor do que a do país com a empresa líder. A cadeia completa aqui não consegue ser alcançada, mas o acesso a tecnologias de ponta é inevitável,

atualmente. Por fim, a negociação com a instalação de filiais de fornecedores globais pode ser interessante e colocar alguma empresa nacional com poder relevante na economia.

As CGVs podem ser muito prejudiciais para países em desenvolvimento, por trazer constantemente ao país competição injusta, mas é a regra do jogo atualmente e pode haver negociação estatal com relação à forma pela qual se instalam filiais no país e exige uma prática de políticas horizontais, no país que as recebe, com relação à educação, infraestrutura e estabilidade macroeconômica.

Por fim, com relação ao grau de concentração dos mercados e ao grau de diversificação das empresas industriais, tem-se por base a revisão teórica realizada por SILVA, A. L. G. (2004). É possível analisar o efeito da indústria sobre o desenvolvimento do país, considerando a crescente concentração da mesma. Aqui será considerada a empresa industrial como a empresa por excelência, emprestando a análise da firma da autora e de autores revisados, para o que se acredita ser compatível com a análise em questão. A OI (organização industrial) descobre uma relação inerente entre **estrutura** da indústria (ou de mercado), **conduta** ou estratégia (da empresa) e **desempenho** (da empresa e do mercado). Surgem análises baseadas em testes empíricos, em uma área econômica que não conseguia ser explicada pelos economistas neoclássicos[1]. E esse tema tem efeitos reais sobre a organização da sociedade, importante aliado no presente estudo. O importante a destacar é que há uma relação causal em que as condições estruturais do setor determinam a conduta e o desempenho.

> *Entre os elementos estruturais, destacam-se: concentração do mercado, substituibilidade de produtos e as condições de entrada de novos concorrentes (ou seja, em que medida a entrada encontra-se facilitada/dificultada e quais são as fontes dos impedimentos à entrada, em particular em que extensão estão presentes economias de escala). (p 66)*

.

Sobre diversificação é possível analisar a revisão de SILVA, A.L.G. (2004) sobre o que escreve Penrose (1959) com relação ao crescimento das firmas, aqui

[1] . Os neoclássicos só conseguiam definir situações extremas de mercado ou situações apoiadas em hipóteses extremamente irrealistas (monopólio puro, concorrência perfeita, concorrência imperfeita, além de diversos modelos de oligopólio que estão mais para jogos de xadrez).

pensando em empresas industriais mais especificamente. Pode haver empresas *monoprodutoras* (produtoras de um único produto) ou *multiprodutoras*, podendo estas últimas ser diversificadas ou não. Empiricamente, dificilmente se encontrará empresas do primeiro tipo, pois essas são muito vulneráveis. O objetivo de qualquer firma é lucrar e crescer, excetuando alguns casos de empresas estatais em países atrasados como o Brasil, em que se constata um viés para o subdesenvolvimento. Então, pensando no crescimento, apresentam-se como limites à expansão da empresa os limites de capacidade de direção e também do mercado além dos financeiros, é claro.

A diversificação é importante estratégia de crescimento, porque possibilita a empresa se expandir para além da sua área de especialização original, em direção a novas áreas de produção (base tecnológica) e/ou novas áreas de mercado (que requerem novos programas de vendas). É claro que para um crescimento bem-sucedido, devem as atividades fins estar, de certa forma, relacionadas à base tecnológica da empresa. Isso possibilita um diferencial importante para empresas que pretendem antecipar necessidades tanto pelo lado da oferta (integração vertical para trás e/ou para frente, ou seja, buscando reduzir a dependência de matéria-prima e/ou ganhar terreno da concorrência) como pelo lado da demanda (prevenindo-se contra flutuações de demanda). Há risco, mas ele é inerente ao investimento.

Um autor que pode contribuir com maior conhecimento a respeito do papel das condições estruturais sobre a dinâmica das empresas é Bain (1956; 1972; 1987), também mencionado no estudo de SILVA, A. L. G. (2004). Bain explora um conceito importante: “condição de entrada” ou o seu reverso, as barreiras à entrada em determinado setor. A “condição de entrada” revela a situação da competição que determinado setor se encontra, e pode ser medida pela altura das margens de lucro de longo prazo. Em outras palavras, pela possibilidade que as empresas estabelecidas no setor tenham de manter persistentemente seus preços acima do nível competitivo sem atrair novas firmas. Isso afeta diretamente o custo da empresa entrante. Os principais determinantes da condição de entrada ou barreira à entrada são: vantagens absolutas de custo, vantagens de diferenciação de produtos e economias de escala (de produção e de promoção de vendas), com destaque para

estas últimas. Inevitavelmente, empresas menores têm custos unitários mais elevados por não terem acesso às economias de escala, acessíveis apenas a empresas de maior porte.

Analisando mais a fundo a relação causal estrutura-conduta-desempenho, o autor destaca que setores com significativas economias de escala tendem a apresentar elevados níveis de concentração para que seja possível atingir eficiência técnica. Em outras palavras, são setores que requerem maior concentração da produção para que seja possível obter maior produtividade e menores custos unitários. Mas muitos setores apresentam graus de concentração em níveis acima dos exigidos pelos requerimentos técnicos. O autor aponta que, dessa forma, há perda de eficiência alocativa, com grande concentração de mercado e condições de concorrência entre as empresas que podem afetar negativamente o desenvolvimento dos países. Por outro lado, Bain alerta que o atomismo exagerado da oferta também é prejudicial. Uma política pública recomendável em alguns casos seria a referente à contenção de fortes barreiras à entrada, mas é de difícil aplicação.

Sylos-Labini (1956), também analisado por SILVA, A. L. G. (2004), opta por explorar a situação limite de oligopólio concentrado puro (tipo de estrutura de mercado com significativas economias de escala e ausência de diferenciação de produto) com o intuito explícito de melhor compreender o caso mais geral de oligopólio misto (caso em que as duas fontes de barreiras estão presentes). Chega-se à conclusão de que o que determina a margem de lucro de longo prazo é a altura da barreira à entrada de determinado setor e essa determina a estrutura existente em determinada sociedade econômica. Em suma, associadas à determinação da margem de lucro de longo prazo estão as condições técnicas e as condições de mercado. As primeiras referem-se ao grau de importância das descontinuidades tecnológicas e os decorrentes diferenciais de custo, enquanto as outras estão relacionadas às vantagens de diferenciação, que o autor acertadamente detecta serem geradoras também de poderosas economias de escala, mas de outra natureza. São as economias de escala associadas aos elevados montantes de gastos com distribuição, propaganda e *marketing*, também inacessíveis aos portes menores de empresa.

Sistematizando, a estrutura de produção concentrada, na forma de oligopólio, pode possuir formas diferenciadas de existir, com o “oligopólio concentrado” ou o “oligopólio diferenciado”, a primeira mais voltada para uma alta barreira para fora, sistema no qual a simples entrada de novos concorrentes é difícil, e a outra focada em barreiras internas, com grande competição entre grupos econômicos já existentes em que os melhores obtêm sucesso com a diferenciação. Em suma, as fontes relevantes de barreiras à entrada são economias de escala e vantagens de diferenciação, sendo que estas últimas engendram um particular tipo de economias de escala, as de promoção de vendas. Ambas trazem vantagens competitivas fortes para as empresas de maior porte, em especial quando aparecem associadas como no caso do oligopólio misto. O peso de cada um dos dois tipos de fontes de barreiras à entrada varia muito de acordo com o setor industrial.

Steindl (1945; 1952), também resgatado em SILVA, A. L. G. (2004), traz contribuições importantes. O autor analisa a dinâmica de acumulação interna de capital de firmas dentro de um mesmo setor e também alude à tendência à concentração dos mercados. Considerando as hipóteses de que as firmas investem preferencialmente no mesmo setor, de que o aumento do capital seja incentivo ao investimento e de que a taxa de crescimento do mercado é dada, o autor analise dois tipos de estrutura de mercado. O primeiro caso trata da situação de mercado com muitas firmas pequenas. Se a taxa de expansão da indústria ou mercado for maior que a das firmas mais bem situadas, a participação das empresas não será alterada. Se por outro lado a taxa de expansão das firmas bem situadas for maior que a do mercado, haverá aumento de concentração relativa em favor das firmas maiores com maior campanha de vendas, e que por fim levará à queda da margem de lucro decorrente do esforço especial de vendas, a fim de a firma expandir acima da taxa de crescimento do mercado. Também pode haver a concentração absoluta, não apenas a relativa. Na absoluta, a diferença é que a campanha especial de vendas deve ser mais intensiva e a taxa de crescimento das firmas maiores deve ultrapassar certo nível crítico que permite a essas firmas incorporarem outras firmas já existentes, aumentando a concentração nesse setor determinado.

No segundo caso analisado, o autor trata da situação de mercado com maior concentração do que o que foi analisado anteriormente. Neste caso, a luta das

empresas para ampliar seu *market share* (elevando ainda mais a concentração de mercado) pode ser muito arriscada e menos desejada. Assim, segundo o autor, quando a taxa de expansão da indústria é menor, haveria tendência à redução do grau de capacidade utilizado. Corrigindo as conclusões apressadas de Steindl, SILVA aponta que há outros escoadouros possíveis para o potencial de acumulação das empresas líderes, sempre na busca permanente de novos espaços de acumulação, diversificando, internacionalizando, inovando, o que for preciso, sempre para ganhar mais mercados.

Schumpeter (1942), conforme destaca SILVA, A. L. G. (2004), argumenta em favor da grande empresa inovadora (por ele chamada de “máquina de crescimento”) no sentido de que essa é a responsável pelo “processo de destruição criadora” via investimentos novos. Ao mesmo tempo, o autor aponta que é importante haver a concorrência entre empresas para que haja estímulo à inovação, mas apenas com o acúmulo de capital considerável pode haver o salto do investimento. A grande empresa deve ser, portanto, orientada e não combatida.

Conforme se antecipou, neste capítulo procurou-se explorar alguns aspectos microeconômicos mencionados no Capítulo I, buscando apoio de alguns autores importantes. A seguir, serão feitas algumas considerações finais ao estudo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no capítulo II, pode-se concluir que a empresa industrial, como qualquer empresa, busca obter lucro e crescer. A estratégia de crescimento da empresa nacional deveria seguir a de busca por vantagens de escala (custo) e de diferenciação. Somente assim e com investimento em educação e conhecimento pode haver investimentos de grande soma e até mesmo criação de ideias em âmbito nacional para avanço tecnológico em vários setores. Mas deve-se reconhecer que a forma de organização do espaço industrial vem assumindo uma nova forma atualmente. Uma forma mais fragmentada. O Estado deve controlar a entrada de empresas estrangeiras, mas também aproveitar da troca de conhecimento quando possível. A privatização e desnacionalização afetaram a indústria do país. No geral, foram fenômenos negativos porque tiraram do Estado o controle de empresas importantes, sendo que muitas tiveram seus ativos comprados por empresas estrangeiras.

Como mencionado no Capítulo I, a conclusão é de que ambas as influências (macro e microeconômicas) são importantes e podem ser positivas, se forem coordenadas. Não se pode deixar que a especialização de estudiosos em certas áreas da economia impeça que se coloque a importância do todo em conjunto. É importante somar a contribuição positiva de cada uma das duas esferas de influência.

Os pontos macroeconômicos superaram em número os pontos microeconômicos, mas isso se dá porque na história econômica brasileira até então os pontos macro eram considerados os mais importantes determinantes do subdesenvolvimento da economia e da indústria no país. Atualmente fatores microeconômicos estão determinando de forma importante e complementando aspectos macro na dependência dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

BARROS, J.R.M. & GOLDENSTEIN, L. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRO. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, VOL.17, N.2 (66), P.10-31 ABRIL-JUNHO, 1997.

CARNEIRO, R.. (ORG.); MATIJASCIC, MILKO (COORG.). DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO. AUTORIA DE ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI. BRASÍLIA, DF: IPEA, 2011.

CARNEIRO, R. DESENVOLVIMENTO EM CRISE: A ECONOMIA BRASILEIRA NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX. SÃO PAULO: UNESP/IE-UNICAMP, 2002.

CHANG, H. HAMLET WITHOUT THE PRINCE OF DENMARK: HOW DEVELOPMENT HAS DISAPPEARED FROM TODAY'S "DEVELOPMENT" DISCOURSE. IN: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (EDS.) TOWARDS NEW DEVELOPMENTALISM: MARKET AS MEANS RATHER THAN MASTER. LONDON; NEW YORK: ROUTLEDGE, 2011.

DAVIDOFF, C. P. IGNÁCIO RANGEL, UM PIONEIRO: O DEBATE ECONÔMICO DO INÍCIO DOS ANOS SESSENTA, UNICAMP, DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, 1980.

DRAIBE, S. M. RUMOS E METAMORFOSES. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1985.

FERRER, A. RAÚL PREBISCH Y EL DILEMA DEL DESARROLLO EN EL MUNDO GLOBAL. REVISTA DE LA CEPAL, N. 101, AGO. 2010.

LAPLANE, M. F. E SARTI, F. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E A RETOMADA DO CRESCIMENTO SUSTENTADO NOS ANOS 90. ECONOMIA E SOCIEDADE, REVISTA DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP, N.8, 1997.

LESSA, C. QUINZE ANOS DE POLÍTICA ECONÔMICA. 4ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1983.

MENDONÇA, S. R. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA. 2.ED. REFORM. , IL. SÃO PAULO, SP: MODERNA, 2004.

PINHEIRO, A. C. A PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: POR QUÊ? ATÉ ONDE? ATÉ QUANDO?. IN: GIAMBINI, F. & MOREIRA, M. M. A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO: BNDES, 1999.

RICUPERO, R. INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA. IN: CARDOSO JR., C. (ORG.) DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO. BRASÍLIA: IPEA, 2009.

SILVA, A.L.G. CONCORRÊNCIA SOB CONDIÇÕES OLIGOPOLÍSTICAS. CAMPINAS-SP: UNICAMP, 2004.

STIGLITZ, J. RETHINKING DEVELOPMENT ECONOMICS. WORLD BANK RESEARCH OBSERVER, V. 26, N. 2, JULY 2011.

STURGEON, T., GEREFFI, G., GUINN, A. E ZYLBERBERG, E. O BRASIL NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO. RBCE Nº 115, ABRIL - JUNHO DE 2013. DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.FUNCEX.ORG.BR/PUBLICACOES/RBCE/MATERIAL/RBCE/115_TSGGAGEZ.PDF. PDF

TAVARES, M. C. A. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL. 3. ED. CAMPINAS, SP: UNICAMP/IE, C1998.